



HARMONIA FABRICADA: TUTELA, EMANCIPAÇÃO E UNIÃO NO CATECISMO DE LA INDEPENDENCIA (1821)

Fabricated Harmony: Tutelage, Emancipation, and Union in the Catecismo de la Independencia (1821)

Eric Cyon Rodrigues*

Recebido em: 05/11/2025

Aprovado em: 26/12/2025

Resumo: Após a publicação do Plano de Iguala, em 1821, a opinião pública do Vice-Reino da Nova Espanha foi inundada por impressos debatendo o projeto de independência. Destacou-se nos acalorados debates a questão do lugar dos peninsulares no futuro país. Em meio a agressivas reações e apelativas defesas, Luis de Mendizábal redigiu um catecismo político para convencer o público de que a união entre americanos e espanhóis era crucial para a emancipação do México. O presente texto analisa os argumentos do autor a favor da união, tão necessária para angariar o apoio ao projeto independentista. Argumentamos que Luis de Mendizábal, em profundo alinhamento com o Plano de Iguala, desenvolve uma narrativa de independência natural e pacífica, favorável à união dos americanos e dos espanhóis a partir da exclusão de quaisquer elementos de inimizades ou tensão entre eles. Com a análise, também ressaltamos o papel retórico e pedagógico dos catecismos no período e a sua capacidade de mobilizar diversos discursos na defesa de um projeto nacional.

Palavras-chave: Catecismo político; Independência do México; Plano de Iguala.

* Doutorando (2026), Mestre (2025), Bacharel e Licenciado (2022) em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Pesquisador do Laboratório de Estudos de História das Américas (LEHA) e coordenador do projeto podcast Estudos Medievais, produzido pelo Laboratório de Estudos Medievais (LEME), ambos do Departamento de História da USP. Chefe de divisão de Inovação no Memorial da América Latina. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo (2022/12520-8). Agradecimento às lições e ao apoio da Profa. Dra. Gabriela Pellegrino Soares e às leituras e aos comentários de Davi Perides, Lucas Mohallem e Thomáz Fortunato. Email: cyon.eric@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8573-1934>.



Abstract: After the publication of the Plan of Iguala in 1821, the public opinion of the Viceroyalty of New Spain was flooded with pamphlets and articles debating the project of independence. A central issue in these heated debates was the place of the peninsulares in the future nation. Amid aggressive reactions and passionate defenses, Luis de Mendizábal wrote a political catechism to persuade the public that the union between Americans and Spaniards was crucial for Mexico's emancipation. This paper analyzes the author's arguments in favor of unity, which was crucial for garnering support for the independence project. We argue that Luis de Mendizábal, in deep alignment with the Plan of Iguala, sustains its narrative of natural and peaceful independence by promoting the union of Americans and Spaniards while excluding any elements of hostility or tension between them. Through this analysis, we also highlight the rhetorical and pedagogical role of catechisms during the period and their capacity to mobilize diverse discourses in defense of a national project.

Keywords: Political Catechism; Mexico's Independency; Plan Of Iguala.

Introdução

Luis de Mendizábal (1776-1824) esteve longe de pertencer ao cânone dos “grandes” pensadores mexicanos. Contudo, envolveu-se na vida intelectual do Vice-Reino da Nova Espanha com publicações desde os primórdios do século XIX. Sob pseudônimos como Manuel de Braidiz ou Lucas Siniol de Lato-Monte publicou poemas e fábulas, demonstrando nelas seu alto nível educacional adquirido no prestigioso Colégio San Ildefonso e em sua posterior formação em Teologia (URBINA *et al*, 1910, p. 253-254). Nossa atenção se volta ao ex-jesuíta por sua participação nos debates públicos que tomaram lugar em 1821, desencadeados pela ampla circulação do Plano de Iguala, escrito pelo general realista Agustín de Iturbide. Diante da proposta independentista, lançada após anos de violentas guerras, Mendizábal acreditou ser necessário intervir em prol do Plano. Para isso, valeu-se de seus talentos literários, esvaziando tinteiros na redação do *Catecismo de la Independencia* (1821), sob mais um de seus pseudônimos, Ludovico Lato-monte.



Tal catecismo contém 133 perguntas e respostas, e dentre elas há uma variedade que nos interessa por se tratar do sensível tema da *união* entre espanhóis e americanos. Em meio a um contexto conturbado de tensões e revoltas na América, os *peninsulares* - isto é, os espanhóis residentes na Nova Espanha - se preocupavam com a manutenção de seus privilégios e de sua posição social, enquanto os *criollos* buscavam reformar sua sociedade a fim de perseguir tais prerrogativas para si mesmos. A independência, portanto, com seu caráter de inovação imprevisível, dividia opiniões. Como construir o consenso necessário para concretizar as ambições independentistas? Mendizábal redigiu um catecismo e nele apresenta a realidade violenta e conflituosa do regime colonial em outros termos. Para tal, o autor engenhosamente, como argumentaremos, criou uma narrativa que redefine a independência e ressignifica o período colonial da Nova Espanha.

Dessa maneira, analisaremos os discursos do *Catecismo de la Independencia*, privilegiando a conceptualização da independência e suas consequências lógicas para os argumentos de Mendizábal. Além disso, incluiremos outros documentos de 1821, participantes no debate público, que discutem a questão dos espanhóis no Plano de Iguala.¹ Esse cotejamento de fontes nos possibilitará resgatar a dimensão performativa dos argumentos do catecismo,² pensando suas ideias como respostas a problemas concretos vividos por uma colônia em pleno processo de cisão política.

Dos padres ao general: as guerras de independência e o Plano de Iguala

¹ Dado a participação da esfera pública na independência do México, conforme será discutido mais à frente, resgataremos um grupo de textos publicados em 1821 no formato de panfletos políticos e artigos de jornais, com os quais o *Catecismo de la independencia* dialogou através do compartilhamento de um mesmo vocabulário conceitual, do tratamento das mesmas problemáticas e da referência em comum ao Plano de Iguala, objeto de atenção central no debate analisado aqui.

² A dimensão performativa a qual nos referimos tem como base teórica e metodológica os textos de Quentin Skinner (2012) e John G. A. Pocock (2003).

A crise do Império Espanhol, principiada pelo cativo de Fernando VII e pela coroação de José Bonaparte, inaugurou uma longa temporada de guerras por todo o território hispano-americano. Dentre as inúmeras consequências disso, está a instabilidade política que assolou todos os vice-reinos. A Nova Espanha, colônia de maior relevância política e econômica, experienciou tentativas de golpes, conspirações e revoltas desde 1808. Dentre tais manobras políticas, o levante popular iniciado no vilarejo de Dolores pelo padre Miguel Hidalgo y Costilla³ marcou definitivamente o começo das guerras de independência e, para a infelicidade dos novo-hispanos, antecipou o tom violento e caótico que caracterizou a amarga década de 1810.

Sumariamente, devemos levar em conta alguns elementos contextuais para compreender o motivo pelo qual o general Agustín Iturbide⁴ propôs seu plano do que jeito que o conhecemos. Por um lado, o levante encabeçado pelo padre Hidalgo – que foi sucedido pelo padre Morelos após sua captura e execução – trouxe uma temporada de combates em várias partes do território vice-reinal. Exércitos rebeldes e realistas se enfrentaram diversas vezes, alternando o domínio de cidades e vilarejos, ceifando vidas e devastando a saúde econômica da Nova Espanha. Logo, em 1820, quando Iturbide publicou o Plano de Iguala, a população, de modo geral, estava esgotada pelos combates e pela consequente instabilidade e insegurança.

³ Miguel Gregorio Antonio Ignacio Hidalgo y Costilla Gallaga Mondarte Villaseñor (1753-1811) destaca-se pela sua trajetória intelectual. Estudou desde muito jovem na Ordem dos Jesuítas e, anos mais tarde, no Colégio de San Nicolás. Hidalgo era falante de sete línguas, nas quais se incluíam o nahuatl, o otomi e o tarasco, línguas utilizadas pelas populações indígenas. Convivia com tais populações, dedicando-se à instruí-las em seu povoado. Surpreendido pelas notícias de que as autoridades estavam cientes da conspiração em que participava, ao lado de outras figuras letradas da Nova Espanha, convocou os reunidos em sua missa no dia 16 de setembro de 1810, no povoado de Dolores, para pegar em armas em nome de Fernando VII contra o regime metropolitano. Esse evento, que desencadeou uma revolta de grandes proporções, ficaria conhecido como *O Grito de Dolores*, tendo sua data celebrada no Dia da Independência do México nos dias atuais.

⁴ Agustín de Iturbide (1783-1824) nasceu em Valladolid, atual Morelia, no estado de Michoacán. Membro de uma rica família *criolla*, desde sua adolescência serviu no exército espanhol, destacando-se em lutas contra os insurgentes nos primeiros anos das guerras pela independência. Subiu rapidamente na hierarquia militar, chegando ao cargo de coronel em Guanajuato.



Paralelamente, as elites *criollas*, também afetadas duramente pela guerra, viram suas reivindicações políticas parcialmente cumpridas com a Constituição de Cádiz. Desde as Reformas Bourbônicas, descontentavam-se com a concentração do poder nas mãos da burocracia espanhola e, em grande medida, com os altos tributos e diversos empréstimos forçados à Coroa. Apesar da Constituição de 1812 ter sido um avanço no que diz respeito à sua autonomia política, o cenário estava longe do desejado pelos *criollos*. Para completar, a revolta liberal que estourou em 1820 e que restabeleceu a constituição intimidou poderosos grupos da Nova Espanha; isto é, o Exército e a Igreja temiam que o radicalismo liberal eliminasse seus privilégios com os ideais de igualdade civil e jurídica.

Logo, nos primeiros meses de 1821, a Nova Espanha encontrava-se numa espécie de impasse: grupos rebeldes estavam debilitados para continuar com a guerra; as elites *criollas*, insatisfeitas com sua posição marginal e economicamente desgastadas; o Exército e a Igreja, acuados com o projeto moderno espanhol; as classes populares, ainda mais vulneráveis pelos estragos da guerra; e finalmente os *peninsulares*, cientes de que sua posição de poder desagradava as elites locais e que dependiam do apoio do impopular governo metropolitano.⁵ Assim, Iturbide propõe um plano para a independência acentuadamente conciliatório, lançando mão de uma estratégia de negociação política que se popularizou no México do século XIX: um *pronunciamento*.

De acordo com Will Fowler (2016), o Plano de Iguala foi um dos primeiros *pronunciamentos* realizados no México, responsável, por conta de sua difusão e êxito, por conferir legitimidade a essa prática de negociação política. Os *pronunciamentos* consistiam em uma tentativa de negociar mudanças, seja em escala local ou nacional, com o centro de poder. Para isso, valia-se da aquisição de apoio público e da ameaça do uso da força caso as demandas não fossem

⁵ Todos os dados historiográficos expressados nessa breve contextualização baseiam-se nos trabalhos das seguintes obras: Leslie Bethell (2002), Pablo Escalante Gonzalbo *et al* (2008), Jaime E. Rodríguez (2009) e Erik Velásquez García (2010).



atendidas. Apesar da violência velada nos *pronunciamentos*, o objetivo era evitá-la, como Fowler bem aponta ao constatar apenas três ocasiões, dentre os mais de 1500 *pronunciamentos*, nas quais as negociações conduziram a confrontos de alta violência. O plano de Iturbide reúne essas características, pois, para além de seu sucesso em evitar grande derramamento de sangue, obteve amplo apoio (CHINCHILLA, 2021, p. 16-21), lançando mão de uma espécie de “fórmula” que seria emulada nas décadas subsequentes.

Inicialmente, o Plano de Iguala abre com uma declaração. Nela, destacamos duas ideias: o caráter da independência e o apelo à união. Logo nas primeiras linhas, o documento traz uma analogia a respeito da independência (referida como *emancipação*):

Las Naciones que se llaman grandes en la extensión del Globo fueron dominadas por otras y hasta que sus luces no les permitieron fijar su propia opinión, no se emanciparon. Las europeas, que llegaron a su mayor ilustración y política, fueron esclavas de la Romana; y este Imperio, el mayor que reconoce la historia, asemejó al padre de la familia, que en su ancianidad mira separarse de su casa a los hijos y los nietos, por estar ya en edad de formar otras, y fijarse por sí, conservándole todo el respeto, veneración y amor, como a su primitivo origen (*Ibid.*, p. 29).

Pelo trecho, é possível observar que a qualificação da independência como um processo de separação pacífica e natural esteve esboçada no documento. Algo que Mendizábal, em seu catecismo, tomará como um ponto de partida. A “emancipação” é natural na medida em que é comparada com o processo de crescimento, amadurecimento e autonomia da vida dos homens. Ela é também pacífica, na medida em que, por ser parte do ciclo da vida, é aceita pelo pai (a metrópole), e conserva, após sua concretização, o amor e o respeito dos filhos (as colônias). Essa visão de independência como emancipação era no período uma moeda corrente, sobre a qual discutiremos mais à frente.

A respeito da união, possuíamos vários momentos que se referem a ela explícita ou implicitamente. Por exemplo, quando Iturbide se dirige aos americanos, ele explica que, com essa palavra, endereça-se a todos os residentes do Vice-Reino, não apenas aos nascidos nele: “*Americanos: Bajo cuyo nombre*



comprendo no sólo a los nacidos en América, sino a los europeos, africanos y asiáticos, que en ella residen: tened la bondad de oírme...” (*Ibid.*, p. 29). Essas primeiras linhas do pronunciamento dão o fio argumentativo de toda a sua mensagem.

O Plano também apela para os laços formados entre os americanos e os europeus, pois a união deve ser construída a partir da reunião de elementos supostamente comuns o suficiente para que se possa fabricar uma identidade:

¡Españoles europeos: vuestra patria es la América porque en ella vivís; en ella tenéis comercio y bienes! Americanos: ¿Quién de vosotros puede decir que no descende de español? Ved la cadena dulcísima que nos une, añanid los otros lazos de amistad, la dependencia de intereses, la educación e idioma, y la conformidad de sentimientos (*Ibid.*, p. 30).

Esse povo, que compartilha características históricas e culturais, pensa igual, conforme o documento aponta, e deseja a sua emancipação:

Es llegado el momento en que manifestéis la uniformidad de vuestros sentimientos, y que nuestra unión sea la mano poderosa que emancipe a la América sin necesidad de auxilios extraños (*Ibid.*, p. 30).

O Plano encerra com as seguintes palavras, que serviram para estabelecer aquilo que ficou conhecido como as Três Garantias (independência, catolicismo e união):

Asombrad a las Naciones de la culta Europa, vean que la América Septentrional se emancipó sin derramar una sola gota de sangre. En el transporte de vuestro júbilo decid: ¡Viva la Religión Santa que profesamos! ¡Viva la América Septentrional Independiente, de todas las Naciones del Globo! ¡Viva la unión que hizo nuestra felicidad! (*Ibid.*, p. 33).

O caso das Três Garantias por si só exemplifica como a *união* serviu de mote principal para o projeto iturbidista. Supostamente, elas diziam respeito aos três primeiros artigos do documento. Contudo, o terceiro artigo não versa sobre a união, e sim sobre o regime monárquico. Conjectura-se que houve uma modificação ao longo de sua extensa difusão, na qual as Três Garantias foram adaptadas para remeter às linhas finais do documento, reproduzidas no trecho



acima (ANNA, 1990, p. 5). Vemos, então, que o recurso à noção de uma independência pacífica e natural e da união entre americanos e espanhóis já se apresenta no Plano de Iguala. O que Luis de Mendizábal faz em seu catecismo, conforme discutiremos, é desenvolver argumentos para sustentar essas duas bases.

A segunda parte do *pronunciamento* consiste na enumeração de suas reivindicações. Ao todo, são vinte e três artigos que descrevem os princípios da independência e da organização política e institucional do México uma vez emancipado. É possível, através deles, delinear a ideia de conciliação que o Plano buscou produzir. Os artigos 1 e 14 dizem respeito à Igreja. Além da religião católica ser colocada como a única permitida na nação, os privilégios e as propriedades do clero seriam preservados. Para aplacar os ânimos e conferir continuidade e estabilidade política, o artigo 3 estabelece um governo monárquico, enquanto o 4 coloca o próprio Fernando VII como primeira opção ao trono. No que tange os *criollos* e, em certa medida, a população em geral, o artigo 12 conferiria cidadania para todos os habitantes, permitindo que estes ocupassem quaisquer cargos administrativos. Este artigo também contemplava os peninsulares, servindo de incentivo para a sua permanência no México, e os setores populares (indígenas e *mestizos*), como forma de cooptá-los. Por fim, o artigo 13 decreta que as propriedades e a integridade de todos os cidadãos seriam respeitadas, aplacando suspeitas quanto a projetos radicais que poderiam ameaçar a posição socioeconômica das elites (CHINCHILLA, 2021, p. 31-32).

Como afirmamos, a busca pelo apoio popular é central para os *pronunciamentos*. Fowler (2016) nos fala de como essa estratégia, ao longo do século XIX, foi acompanhada de *pronunciamentos de adhesión*, consistindo em declarações públicas, muitas vezes através de jornais ou panfletos, manifestando o seu apoio a um *pronunciamento* anterior. Essa dinâmica construía redes de apoio e, simultaneamente, de negociação entre diferentes localidades. O que nos interessa da natureza dessa prática política é que o Plano de Iguala, como um dos inauguradores dela, contou com a estratégia de ser divulgado para ter suporte e



consolidar a independência. Milhares de cópias do seu texto se espalharam pelas províncias hispano-americanas, configurando um cenário no qual a opinião pública, já muito presente (GUERRA, 2009), ocupou-se de debater acaloradamente suas propostas, posicionando-se a favor do ou contra o projeto *iturbidista* (OCAMPO LÓPEZ, 1968). Retornamos, portanto, ao ponto central deste texto: o debate a respeito dos espanhóis no México. Veremos que o Plano de Iguala desencadeou publicações enérgicas sobre o futuro dos *peninsulares* no país, funcionando como uma espécie de tribunal, com seus promotores e advogados buscando convencer o júri popular sobre a culpa ou a inocência dos réus espanhóis.

Expulsão ou união? A questão dos *peninsulares* na opinião pública

Antes de passarmos aos impressos participantes do debate público sobre os espanhóis, devemos recuar para as últimas décadas do século XVIII e rastrear, se não a origem, as causas mais recentes para as tensões entre *peninsulares* e *criollos*. As Reformas Bourbônicas conduzidas pelos reis Carlos III e Carlos IV provocaram profundas mudanças na administração colonial e criaram um cenário de contestações e grandes descontentamentos na elite *criolla*.⁶ Em essência, tais reformas tiveram como ensejo a adaptação das estruturas administrativas das colônias espanholas visando um melhor controle de suas poses para garantir o máximo proveito possível em termos econômicos e políticos para a Coroa.

Nessa empreitada, a Coroa criou cargos e instituições para centralizar o controle dos vice-reinos, garantindo que enviados diretos da península ocupem as posições de poder, reportando diretamente ao rei. A venalidade de cargos, importante fonte de acesso das elites locais aos postos, foi banida, e o rei passou

⁶ Sínteses a respeito das Reformas Bourbônicas e seus impactos no Vice-Reino da Nova Espanha podem ser encontradas, para além das obras na nota 4, em CARMEN IGLESIAS BRINQUIS (1988).



a apontar diretamente os *peninsulares* que ocupariam os cargos, como de delegados ou do fisco. Assim, os *criollos* foram afastados de posições de relevância política e econômica, vendo tal fenômeno se replicando nas próprias instituições de ensino, como nas universidades, nas quais os *criollos* deveriam se contentar com cargos auxiliares enquanto os espanhóis ocupavam a direção.

O controle econômico também passou por profundas mudanças. Houve criação de monopólios reais, aumento dos tributos e centralização administrativa dos recursos de *villas*, *pueblos* e outros núcleos urbanos. Um impacto devastador na economia também se deu quando a autoridade da Igreja foi enfraquecida pela Coroa. O *Decreto de Consolidación de Vales Reales* foi outro duro golpe econômico: ao obrigar os devedores da Igreja - esta tendo papel dinamizador da economia por meio de empréstimos - a pagarem imediatamente as quantias tomadas, a metrópole retirou a estabilidade de muitos proprietários fundiários, pois, além de serem obrigados a pagar o que deviam imediatamente, viram os recursos da Igreja serem drenados pela metrópole, que transferiu a riqueza para a Europa a fim de arcar com suas despesas.

Apesar da extensão ainda maior das reformas, acreditamos que esses elementos já nos permitem visualizar as razões pelas quais as elites locais e *pueblos* se ressentiram com a Coroa. Os *criollos*, em específico, não apenas se amarguraram com o seu monarca, como também desenvolveram uma ideia de diferenciação entre eles e os *peninsulares*, graças aos privilégios, em um primeiro momento, mas também por conta de uma postura reativa aos insultos circulantes na Espanha sobre a incapacidade dos americanos de realizar qualquer coisa digna de valor. Essa reação fomentou um “sentimento *criollo*”, que buscou destacar as qualidades intelectuais dos novo-hispanos.

Assim, quando Iturbide publicou o Plano de Iguala, não surpreende a comoção provocada pela ideia de união com os *peninsulares* e da manutenção de um monarca espanhol no trono. Um exemplo de exaltação é o famigerado folheto publicado por Francisco Lagranda, o *Consejo prudente sobre una de las Garantías*, no qual se ameaça a permanência dos espanhóis, recomendando



fortemente que partam do México (“*irse para ser felices*”), pois perderiam tudo caso a nação se voltasse contra eles (LAGRANDA, 1821). Muitos espanhóis, em resposta ao folheto, tentaram deixar o país (MEJÍA CHÁVEZ, 2022, p. 7). A comoção chegou ao ponto de forçar Iturbide a reagir no dia seguinte, sentenciando à prisão o autor do folheto (ANNA, 1990, p. 32).

Outro fator de desavenças entre espanhóis e americanos também derivou da reação da Espanha em relação à independência do México. Encontramos em um panfleto assinado por E. M. I., intitulado *Noticias interessantísimas contra la Independencia* (1821), um comentário revoltoso a respeito de como a metrópole reagiu às notícias. O autor informa que a província de Veracruz, naquele momento o último foco de resistência das forças realistas no território da Nova Espanha, receberia reforços militares da Espanha. Tal decisão da metrópole teria sido tomada em 05 de agosto, data em que, segundo o autor, ela já estaria ciente do Plano de Iguala. Ao fim, chega a sugerir que se ignore o artigo do Plano no qual se previa a coroação de um rei espanhol, aclamando Iturbide em seu lugar, o “*héroe inmortal*”.

O frade Servando Teresa de Mier também foi adepto dessa posição em sua *Memoria Politico-instructiva* (1822). Seus argumentos concernem às atitudes da metrópole espanhola ao invés dos *peninsulares* no vice-reino. Narra a criação da Santa Aliança e os acordos europeus que impactaram as fronteiras no velho continente, recordando que a Espanha, nesse contexto, utilizou da lei e das armas para dominar suas colônias. Os outros monarcas europeus, seus aliados, sabotaram as independências, proibindo que os americanos fossem auxiliados com armas ou combatentes (TERESA DE MIER, 1821, p. 3-12). Defende que os espanhóis sempre serão tiranos: “*Los españoles se mofan de nosotros como de niños ó imbéciles. Nada bueno, nada justo, nada verdaderamente liberal tenemos que esperar ni de España, ni de sus Córtes, ni de su rey. Siempre han sido y serán tiranos, porque necesitan serlo*” (*Ibid.*, p. 119). E por fim, toca no assunto do trono, rejeitando um rei espanhol: “*¿Qué tenemos nosotros que ver con el hijo de Maria Luisa? ¿Y cual es el derecho que tiene sobre América el rey*



de España, sino el de la violencia, el asesinato y el robo? Governe á su reino de España, y nosotros seamos independientes en nuestra patria” (Ibid., p. 120). Ou seja, aqui há dois casos nos quais é visível que a união com os espanhóis acarretava não apenas na discussão dos direitos civis como também na questão de quem governaria o império.

Por outro lado, há impressos que se manifestaram em defesa dos espanhóis. Em *Callen unos y hablen otros*, o autor El Americano Imparcial critica o abuso da liberdade de imprensa para criar dissidências e desordem (1821, p. 1-3). Sua preocupação repousa no fato de que as críticas aos espanhóis são, ao mesmo tempo, uma crítica ao próprio Plano de Iguala, cuja existência tornava possível a independência do México. A garantia de união expressa no *pronunciamento* de Iturbide seria fundamental, afirma, para a liberdade. Os espanhóis e os americanos estariam unidos pela religião, pelo comércio, pelo sangue e pela irmandade, sobrepassando qualquer divisão relacionada ao seu local de origem. Se houve espanhóis que se opuseram à independência, foi somente porque teriam se sentido ameaçados pelos eventos dos levantes populares de 1810 (*Ibid.*, p. 5-6).

O texto do Americano Imparcial traz outras ideias pertinentes para compreender como se discutiram as relações ambíguas entre espanhóis e americanos no passado. Em primeiro lugar, o autor não ignora a desigualdade que existiu entre eles: “*Somos Hermanos, nos decian estos, formamos una misma familia y vivimos unidos; pero los empleos, las distinciones y la proteccion dél gobierno esa es nuestra, mientras que los americanos gemian en el olvido*” (*Ibid.*, p. 7). Porém, ao invés de usar disso como combustível para alimentar o ódio e a divisão, o autor opta por transformar essa atitude condenável dos espanhóis em um exemplo do que não se deve fazer. Se os americanos não gostaram desse tratamento, por que o replicariam? Tal comportamento, na realidade, demandava maiores esforços do governo e colocava em risco a própria saúde financeira e demográfica do México:

Sí: vosotros, con vuestros escritos, con vuestras producciones y vuestra conducta, estais continuamente alarmando á los mismos con quienes

habeis jurado union; y él gobierno que mira todo esto, se vé en la necesidad de redoblar sus esfuerzos para inspirar la confianza que vosotros intentais destruir; [...] y ni aun asi ha podido disipar completamente los temores, ni evitar la espantosa emigracion [...], llevándose consigo sus caudales. ¡Hasta cuando conocerémos que el gran mal de nuestra América consiste en la falta de poblacion! (*Ibid.*, p. 7).

José Joaquín Fernandez de Lizardi, um poeta e jornalista novo-hispano, também se envolveu no debate, publicando o texto *Ni Están Todos Los Que Son, Ni Son Todos Los Que Están* (1821). Assim como o autor anterior, não ignora que houve uma má conduta dos espanhóis, chamando-os de tiranos. Chega a afirmar que, ainda sem o governo metropolitano, haveria espanhóis que os dominariam como déspotas e não poupariam esforços para reverter a situação atual. Porém, ele matiza sua conduta e mostra que a situação era mais complexa do que parecia. Diz que os costumes mudam e que não eram todos os espanhóis condenáveis. Além do mais, culpa também muitos *criollos*, traidores de sua pátria. No México, conta, havia muitos europeus movidos apenas pela razão e não pela ganância ou egoísmo. Eles amavam os americanos, chegando a heroicamente se arriscar nas guerras de independência e apoiar o Plano de Iguala (*Ibid.*, p. 1-4). Logo, o autor busca desarmar a tensão em relação aos espanhóis, reconhecendo as razões para a inimizade, mas dando também um contrapeso, mostrando que a união já existia.

Contextualizado o debate e as suas causas, é possível abordar nossa principal fonte tendo consciência dos problemas sobre os quais seu autor precisou refletir e aos quais forneceu soluções. Para isso, Mendizábal recorreu a uma ferramenta didática, tradicional e conhecida: o catecismo político.

A união em perguntas e respostas: o *Catecismo de la Independencia*

Os catecismos políticos são um gênero textual derivado dos catecismos religiosos. Desde o período das reformas religiosas do século XVI, foram uma poderosa ferramenta pedagógica, escritos em perguntas e respostas, no formato



de um diálogo, redigidos de maneira a ensinar ideias ou conceitos básicos acerca da doutrina cristã (católica ou protestante). Sua linguagem busca a simplicidade, embora nem sempre a alcance, e o seu formato em diálogo se adequa para o ensino oral, apelando para a memorização e, assim, contornando barreiras impostas pelo analfabetismo. A sua capacidade de servir como referencial para o ensino e o seu baixo custo de produção fizeram dos catecismos religiosos não apenas fonte proveitosa de renda, como também referencial para o ensino de outros temas, como os científicos ou, o que mais nos interessa aqui, os políticos (RODRIGUES, 2025, p. 24-33; ROLDÁN VERA, 2001).

A emergência de catecismos voltados a assuntos da política está relacionada com os contextos conturbados da França pré-revolucionária (SOTÉS ELIZALDE, 2009). Naquele momento, houve um ambiente propício, que se manteve e se ampliou no século XIX, de debater publicamente assuntos que diziam respeito ao governo, aos governantes, às instituições e às reformas econômicas. A emergência de uma esfera pública, dialeticamente acompanhada pela produção e circulação de escritos iluministas, criou o contexto necessário para autores franceses tomarem o gênero dos catecismos como uma arma em potencial para difundir ideias (RODRIGUES, 2025, p. 33-42).⁷ Assim, conforme demonstrado em detalhes em outro momento (*Ibid.*, p. 27-99), nos anos que acompanharam a Revolução Francesa, a ampla circulação de textos também permitiu que catecismos fossem lidos em diversas partes da Europa e da América, popularizando o gênero nessas regiões e tornando a sua produção considerável desde o fim do século XVIII. É possível encontrar nos catecismos conhecidos até hoje exemplos de diálogos sobre regimes republicanos, obediência absoluta dos reis e causas independentistas da América (SAN ALBERTO, 1786; SAIGE, 1787; BIAS-PARENT, 1793; VILLANUEVA, 1793; D. J. C., 1812; SOTOMAYOR, 1814; ESCOIQUIZ, 1821).

⁷ Tanto neste texto como na obra referenciada, também de nossa autoria, partiu-se do modelo teórico de esfera pública de Jürgen Habermas (2014), com problematizações de François-Xavier Guerra; Annick Lempérière *et al* (2008) e James Van Horn Melton (2004).



Como afirmado anteriormente, a dinâmica da leitura dos catecismos políticos é um diálogo entre dois interlocutores ficcionais, os quais se alternam, um deles sendo aquele que precisa ser convencido ou ensinado, e o outro, aquele que procura persuadir e instruir. Nesse jogo de perguntas e respostas, com questionamentos, indagações e exemplos, explica-se em detalhes as definições de independência, a independência do México, a liberdade como direito, os regimes políticos e a religião católica. Mendizábal articula em sua obra uma série de ideias e conceitos para conformar quase a totalidade daquilo que o Plano de Iguala previa para o futuro da nova nação. Portanto, apontaremos que o autor se compromete a defender com argumentos lógicos o que Iturbide propunha e, ao fazê-lo, convencer seus leitores da validade do projeto independentista em pauta no ano de 1821.

Uma dificuldade adicional para defender a ideia de um rompimento pacífico com a metrópole foi a obra do clérigo francês Dominique-Georges de Pradt, intitulada *De las Colonias y de la Revolución actual de América* (1817). Seu livro alcançou um grande público nas Américas, sendo, na Nova Espanha, uma referência de conceptualização da independência como *emancipação* (PIMENTA, 2010). Nessa perspectiva, resultado da profunda análise a respeito da situação de várias colônias, De Pradt define que a separação política era inevitável. Ao longo dos dois tomos que constituem sua obra, há diversas ocasiões nas quais compara os vínculos coloniais como uma relação familiar de pai e filho. Vejamos um exemplo presente logo no prólogo:

(...) mas si la América es rebelde, será necesario declarar rebelde á la naturaleza, que prescribe al hombre, que no se dexa destruir ni arruinar: á la naturaleza, que separa de sus padres al hijo que ha llegado á ser hombre: será necesario declarar rebelde á la savia, que con el tiempo hace, que la encina jóven dispute el vigor y la verdura al árbol mismo, que dexando caer su propia semilla, dió nacimiento á este rival... (DE PRADT, 1817, p. xxvi)

Assim como apontamos no Plano de Iguala, a inevitabilidade se apresenta na naturalização do processo de independência. Ao lado dessa ideia, De Pradt desenvolve um argumento extenso, a partir de vários exemplos, de que não houve

emancipação exitosa, pois, nos casos que analisa, a metrópole (o pai), ao invés de apoiar a separação com sua colônia (o filho), privilegiou interesses próprios, ameaçada com a possibilidade de perder suas posses territoriais. Assim, apesar de ser esperado na natureza que os filhos saiam de casa e se constituam livremente, os pais agiram negativamente. (*Ibid.*, p. 59-84). O autor chega mesmo a oferecer um prognóstico para as colônias de como navegar nessas questões, mas, para nossos interesses imediatos, detemo-nos nos significados que o conceito de *emancipação* carrega.

Ainda que os argumentos *pradtianos* fossem um inconveniente para aqueles que defendiam a união com os espanhóis, pois recordavam o “egoísmo” da metrópole, a noção de *emancipação* serviu a Mendizábal. Porém, uma vez que De Pradt conclui que a separação não poderia ocorrer de forma harmoniosa, dado a reação das metrópoles, Mendizábal precisou justificar um período de 300 anos de domínio metropolitano em termos distintos. Como vimos nos impressos, os adversários da proposta de *união* recordam que os americanos sofreram injustiças sob o jugo dos espanhóis. Logo, foi necessário para o autor do *Catecismo de la Independencia* ressignificar esse período e requalificar as atitudes metropolitanas frente às suas colônias. Ele começa por afirmar que a dependência de um povo em relação ao outro é um costume antigo:

P. ¿Todos los pueblos viven en independencia?

R. No: antes bien han existido y existen muchos que dependen de otros, mientras á ello los obliga la necesidad. España, por ejemplo, vivió sujeta á Roma, hasta que hallo la oportunidad de plantear su independencia. México á su vez establece la suya, despues de haber estado trescientos años bajo la sujecion de España (MENDIZÁBAL, 1821, p. 1-2).

A estrutura formal dos catecismos permite artifícios de escrita que produzem efeitos retóricos eficazes a seu propósito. Um exemplo é a criação de brechas intencionais, que permitem ao autor apresentar possíveis críticas – que podem surgir da parte do leitor – para então rebatê-las, como o faz na sequência da explicação dada acima. Depois de elaborar um balanço sobre as relações de dependência entre povos, segue-se uma pergunta que perpassa a longevidade da dominação espanhola nas Américas:

P. ¿Qué es lo que obliga á los pueblos á vivir tanto tiempo con esta dependencia?

R. Su debilidad que les hace buscar un apoyo, sin el cual no pueden sustentarse, el terreno muy limitado, la falta de industria, las producciones del país, ó desconocidas ó todavia no apreciadas en el resto del globo; pero principalmente su despoblacion y la escasez de luces, los reducen á una incapacidade absoluta de gobernarse por sí mismos.

P.¿ Cuando acaba esta dependencia?

R. Cuando acaban sus motivos. Si el pueblo se hace industrioso, si la poblacion crece, si las luces se propagan, todo esto concurre desde luego á dejarlo independiente (*Ibid.*, p. 2).

A partir da resposta, infere-se que a dependência não é necessariamente prejudicial ao dependente. Pelo contrário, ela é um apoio indispensável enquanto não houver indústria, conhecimento e população que sustentem a autonomia de um povo. Além disso, está claro que a dependência não é um estado permanente. Se houver desenvolvimento da colônia, a independência se consumará. Com essa explicação, o autor descreve um período de dominação política, que poderia ser classificado por adversários de injusto ou ilegítimo, como um período necessário de auxílio ao desenvolvimento dos americanos.

A seguir, Mendizábal utiliza, assim como De Pradt, de uma analogia para descrever os vínculos coloniais. Contudo, ele realiza uma adaptação:

R. Suponed un niño de seis años, ó de menos edad, que ha quedado huérfano de padre y madre, aunque con grandes tesoros que le dejaron en herencia. Bien veis que si á esta criatura se le abandona á sí misma, no solo perderá sus riquezas en mano de los ladrones, sino que hallándose incapaz de procurar su subsistència; ó morirá de hambre al punto, ó por lo menos arrastrará una vida la mas miserable y desdichada. La ley para evitar estos desastres, pone á aquel niño bajo la custodia de un hombre de bien, que con el nombre de tutor administra sus bienes, y dirige su educacion; pero el huérfano permanece en esta dependência hasta los diez y ocho, los veinte, ó cuando mas hasta los veinte y cinco años, en cuyo tempo dotado ya de conocimientos y de juicio, sale de aquella custodia para manejarse por sí solo. Los pueblos son como los hombres, porque tienen lo mismo que ellos su niñez, su juventude y su virilidade. Un Pueblo recién nacido ó moderno, que necesita de outro Pueblo mas antiguo que le sirva como de tutor para su fomento y educacion, hasta que lograda ésta sale del pupilaje y comienza á gobernarse por sí (*Ibid.*, p. 2-4).

De pronto, observamos que a analogia de pai e filho tornasse, na escrita de Mendizábal, uma analogia de tutor e órfão. Ao fazer da metrópole um tutor,



classifica-se sua posição de dominante como legítima, pois tutores são amparados pela lei e tem sob a sua custódia os órfãos, que necessitam de ajuda para gerir a si mesmos e as suas posses. Bem como De Pradt descreve em sua analogia natural, Mendizábal também afirma que o órfão, ao alcançar a maioridade, sai da tutela. Ou seja, ao envelhecer, um processo pertencente ao ciclo da vida de um homem, ele *naturalmente*, portanto, se emancipará. Essa maioridade, inclusive, apesar de natural, não possui um momento preciso. Ela poderá ocorrer aos 18, 20 ou 25 anos. Assim, Mendizábal evita que se questione o porquê do México ter levado tanto tempo para se emancipar. Afinal, isso é relativo ao desenvolvimento de cada povo.

Algo que tanto a obra de De Pradt quanto a longa década de 1820 ensinaram aos novo-hispanos é que a metrópole não aceitará a separação de sua colônia. O diagnóstico do clérigo francês novamente é assertivo aqui. A Espanha privilegiou nas guerras a permanência de sua dominação. Mendizábal, frente a isso, necessita fazer da metrópole espanhola uma aliada do processo de emancipação. Para isso, ele primeiro reafirma a naturalidade da separação ao dizer que: “*P. ¿Segun esta doctrina, la dependencia es inevitable á todo pueblo desde su fundacion hasta su acrecentamiento? R. En el sistema colonial moderno sin duda que es así (...)*” (*Ibid.*, p. 5). Em seguida, reforça a sua legitimidade:

P. Cuando llega la ocasion de hacerse un pueblo independiente, ¿puede verificarlo sin cometer una injusticia?

R. Sí, porque ninguna nacion puede ser soberana de otra. Acordaos que la dependencia no es mas que una tutela fundada precisamente en la necesidad. El pupilo que llegando á la edad madura comienza á mandar en sí mismo, no hace la mas leve injuria á su tutor (*Ibid.*, p. 7).

Tomando o cuidado para estabelecer que a ação de se emancipar por parte da Nova Espanha é tão esperada quanto justa, o autor parte para discutir a postura da metrópole. Ela não poderia, segundo sua lógica, opor-se sem se tornar, com isso, injusta e egoísta. Porém, o primeiro questionamento que alguém realizaria diante desse desenvolvimento seria o motivo da metrópole permitir tal separação, pois isso logicamente acarretaria em uma perda significativa em sua

influência e em sua riqueza. Novamente, o catecismo, ao oferecer ao autor a possibilidade de antecipar críticas e dúvidas através do diálogo, dá a oportunidade de Mendizábal cuidar disso:

| 158

P. ¿Pero la Metrópoli, que gobernaba á este pueblo ó colonia, no recibe gravísimos daños con su independencia?

R. No, sino muy grandes bienes, y aun puede ser que con esto llegue al último grado de prosperidad. Las colonias extensas y apartadas casi no sirven sino de gravámen al pueblo que las gobierna, y le originan muy notables perjuicios. España, por ejemplo, antes de tener sus Américas era el pueblo mas vigoroso del mundo, dotado de admirables virtudes; pero así que se vió dueño de tan ricas posesiones, el oro que lo sedujo fue causa de la ociosidad, y la ociosidad de los vicios, con lo que poco á poco se fue debilitando y pervirtiendo (*Ibid.*, 8).

O autor escolhe por inverter a lógica da colonização: menospreza os ganhos que uma metrópole tem com a colonização, enfatizando as complicações que possui ao administrar colônias. Os ganhos econômicos são convertidos em perdas morais. Assim, ele pode concluir que a independência não é um prejuízo, mas um benefício à metrópole, pois, para além de recuperar suas virtudes, ela não gastaria para sustentar e administrar a colônia e poderia focar em sua própria felicidade. (*Ibid.*, p. 10-12).

Mendizábal não poupa esforços em defender os benefícios obtidos com a independência. Assim, ele dá motivos adicionais para que a metrópole não se contraponha ao projeto independentista. Após tratar das perdas do passado, ele se ocupa do futuro. O interlocutor questiona as utilidades que a metrópole perde ao deixar sua colônia se emancipar, como a questão da prioridade no comércio (*Ibid.*, p. 9-10). Mendizabal rebate a preocupação afirmando que a ex-colônia ainda priorizará os negócios com a sua antiga metrópole:

R. Los mismos que acá en lo privado nos inclinan á preferir el trato de unos hombres respecto de otros. Hablar un mismo idioma, profesar un mismo culto, tener las mismas costumbres: sobre todo, las correspondencias, amistades ó parentescos contraídos generalmente y por espacio de tantos años, son vínculos demasiado estrechos, para que se puedan cortar. Agrégase, que acostumbrado el genio ó el paladar de los colonos á consumir ciertos géneros, ya comestibles, ya de otra clase, que solo dá su Metrópoli, es preciso que los sigan comprando, con absoluta preferencia á los de otras naciones (*Ibid.*, p. 11).



Com isso, o autor encerra o primeiro capítulo do catecismo, argumentando em favor do Plano de Iguala ao discutir o processo de independência geral. Com essas bases estabelecidas, o segundo capítulo debate o caso mexicano. Aqui seu texto realiza dois movimentos: reforça que o momento de independência do México ocorreu quando deveria ocorrer e fabrica a harmonia entre espanhóis e americanos da Nova Espanha.

De pronto, o catecismo assume, alinhado com o Plano de Iguala, que o momento de se tornar independente havia chegado (*Ibid.*, p. 13). Agora, para o primeiro objetivo, Mendizábal necessita demonstrar as razões pelas quais o México não se tornou independente antes:

P. ¿Cómo han podido pasarse hasta trescientos años para lograr este objeto? ¿Un siglo atras no tenia México la poblacion y luces bastantes á formar su independencia?

R. Ni tenia tantas como ahora, ni las circunstancias de aquella época favorecian el proyecto.

P. En el reinado de Felipe V. se ocupó la antiga España con su guerra de sucesion, que apenas le daba tiempo para pensar en sí misma. ¿No era esta una circunstancia favorable á la independencia mexicana?

R. Sí; pero no estaba México en sazón para hacerse independiente (*Ibid.*, p. 13-14).

Essas primeiras linhas de diálogo mostram a dificuldade do problema: se a questão para se emancipar era possuir certos critérios, descritos no capítulo anterior do catecismo, o México já os possuía há, pelo menos, um século. Por que não se emancipara? Mendizábal recorre à uma questão social/étnica:

P. ¿Pues no acabais de decirme que tenia luzes y poblacion, aunque no en el grado que ahora?

R. Esta poblacion se hallaba muy complicada, y el número de las castas excedia sobremanera á los que llamamos blancos.

P. ¿No se puede asegurar que no menos en el dia se verifica este exceso?

R. Sí, pero los blancos se han aumentado ya considerablemente, y ellos tienen á su favor la preponderancia de luces y conocimientos para vencer la del número (*Ibid.*, p. 14).

O *Grito de Dolores* de 1810 é um marco no processo de independência. Mendizábal precisava deslegitimar o movimento, pois isso minava o argumento de que era 1821 o momento correto para a emancipação. Assim, o caráter popular é colocado em pauta, no qual as “*castas*” configuram-se como verdadeiro



problema. Somente quando os *blancos* tiveram condições suficientes para conduzir o processo é que ele ocorreu. Assim, observa-se que o momento havia chegado, pois Itubirde, um general realista, pertencente à elite *criolla*, propunha um projeto alinhado “às luzes”, capaz de implementar um regime político no qual os setores “certos” estivessem no poder.

A segunda manobra discursiva do segundo capítulo requer que a união de espanhóis e americanos seja defendida. Essa união, como vimos, era fundamental para que o *pronunciamento* obtivesse mais adesão. Até aqui, o nosso argumento é o de que a ideia de independência como emancipação já pavimentou em boa medida uma boa defesa para a união. Ao descrever o regime colonial como um período de tutela, transformou-se o domínio metropolitano em algo que não possui motivo para ódio ou ressentimento. O que Mendizábal precisa resolver de agora em diante são os conflitos gerados durante as reformas e as guerras de independência.

O sétimo capítulo, chamado de “*De la union*”, é o responsável por discutir e solucionar a questão. O autor começa por afirmar que, para além da religião, a fraternidade e o amor mútuo são necessários para cimentar a união de um povo. Ele explica que desavenças sempre encontram razões para florescer em um território, seja um país ou em um bairro. Um dos motivos mais fortes para que isso ocorra é o “*espíritu nacional*” (*Ibid.*, p. 63-64). Passa, então a debater o que teria ocasionado a antipatia entre americanos e espanhóis:

P. ¿De que ha podido provenir una antipatia que tanto contradice á los principios sociales?

R. Un equívoco de cada parte ha dividido los ánimos. Muchos europeos han pensado que las quejas y tentativas de los americanos eran contra sus personas, no siéndolo (en la porcion ilustrada) sino contra un gobierno, cuya misma rectitud, suponiéndola, nunca podia darles Consuelo en razon de la enorme distancia, y otras dificultades para obrar. Tambien muchos americanos se daban por agraviados de los europeos, cuando estos muy léjos de agraviar eran igualmente víctimas. Situados los segundos en el mismo pais que nosotros, y sufriendo las mismas resultas de un gobierno tan apartado, tenian la doble desgracia de passar por déspotas, mientras no eran sino tristes esclavos. México los trataba como á españoles, y Madrid no podia tenerlos sino por americanos (*Ibid.*, p. 64-65).



A sua resposta equaciona o problema como resultado de equívocos de ambos os lados. Por parte dos espanhóis, houve um engano ao pensarem que as críticas e o ressentimento *criollo* se dirigiam a eles. Ou seja, a disputa pelos cargos administrativos e pelos privilégios saem de cena e dão lugar, na narrativa do catecismo, para problemas exclusivos com os governantes metropolitanos. Por parte dos americanos, houve indisposição com os espanhóis, mas isso foi fruto de um engano. Os *peninsulares*, apesar de serem da Europa, também sofriam os mesmos agravos que os americanos. Para ambos, o governo era o problema, apesar de não perceberem isso de pronto. Por fim, ele conclui que esses equívocos serão resolvidos no futuro, pois, assim como ocorreu com os ingleses e os norte-americanos, os residentes do Império do México se tornarão mais próximos após removido o distante e prejudicial governo espanhol (*Ibid.*, p. 65-66).

Encerramos com um último trecho, no qual Mendizábal descreve o futuro dessa união:

R. El mismo que los americanos sin la menor diferencia. La ley de cada nacion y la general de todas no saben distinguir entre los naturales y los residentes en un país. Colocados estos al lado de los primeros, respirando los mismos aires, sufriendo las mismas cargas y observando las mismas leyes, nada hay que los haga inferiores á los que nacieron aquí. Añadid respecto de los europeos habitantes de nuestro país antes de su independencia, que ellos han dado el sér á un considerable número de americanos, educándolos en religion y piedad, dándoles ilustracion, y enseñándoles á ser hombres, de manera que sin contar con muchos europeos antiguos, que son instrumentos inmediatos de nuestra libertad, todos ellos deben llamarse autores originales de la independencia mexicana [...] (*Ibid.*, p. 66-67).

A lei cuidará para que todos, espanhóis e americanos, recebam o mesmo tratamento. O compartilhamento da experiência vivida até o momento e o daquela que virá fará com que não haja distinções. Ao fim, todos, e não somente os americanos, terão sido autores da independência. Com isso, vemos Mendizábal apoiar categoricamente a união necessária para o Plano de Iguala. Como apontamos, o autor mobiliza o passado para criar uma narrativa na qual os espanhóis não são os inimigos dos americanos, seja os residentes na América ou os próprios metropolitanos. A defesa da união, dessa harmonia, passa pela



fabricação de uma definição de independência natural, pacífica e benéfica para todos.

| 162 **Considerações finais**

O processo de independência do México ocorreu em um período de efervescência política e intelectual. Os diversos eventos que se desdobravam pelo Atlântico, como guerras e revoltas, acompanharam a circulação de textos que os debatiam e lhes davam diferentes significados. A publicação do Plano de Iguala em 1821 estimulou ainda mais essa dinâmica na Nova Espanha, despertando o interesse de muitos novo-hispanos em manifestar seus posicionamentos em relação ao futuro de uma nação que se buscava criar. A questão dos *peninsulares* foi uma das centrais, pois romper os vínculos com a metrópole envolvia repensar o lugar dos espanhóis e de seus privilégios em uma nova organização política.

Os catecismos políticos ofereceram aos autores a oportunidade de apresentar suas ideias de forma didática e convincente. Por meio de perguntas e respostas, era possível articular diversos discursos para sustentar ideias complexas e amplas e antecipar críticas para reforçar argumentos. O próprio formato de diálogo emulava a experiência do debate público, no qual seus participantes discutiam racionalmente a política (ROLDÁN VERA, 2009). Luis de Mendizábal selecionou esse gênero para apoiar o Plano de Iguala, usando dezenas de páginas para justificar as propostas do projeto *iturbidista*. Assim, a seleção das fontes e o cruzamento dos argumentos em torno das mesmas problemáticas constituiu o ponto central do trabalho a fim de cotejar a dimensão pragmática desempenhada pelo *Catecismo de la Independencia* no debate de 1821.

Os argumentos de Mendizábal aprofundam a definição de independência como emancipação. Ou seja, a separação política como natural e, portanto, inevitável. Nessa concepção, descreve-se o domínio metropolitano como benéfico aos americanos. Os problemas encontrados durante o regime colonial seriam



fruto não de um governo ilegítimo, mas de complicações advindas da distância do centro de poder e das dificuldades de gerir vastos territórios. Dessa situação se explicam também as tensões internas na Nova Espanha. Todos sofriam e gostariam, chegada a hora, de propor a solução radical de emancipar-se. Assim, sendo a vontade geral de todos, a sociedade que se construiria também atenderia, por igual, aos espanhóis e aos americanos.

Nossas conclusões a respeito do *Catecismo de la Independencia* apontam para a modernidade mexicana atuando a todo vapor em 1821. A construção de um projeto nacional requereu, assim como na Espanha, a ideia de um povo unificado, moderno, em posse de sua soberania e em busca de construir um governo que lhe garantisse seus direitos. Quando olhamos para a questão dos *peninsulares*, enfatizamos as particularidades da modernização no México, observando a convulsão de ideias como respostas formuladas por atores históricos que se defrontavam com problemas específicos de sua realidade na torrente de transformações dos primórdios do século XIX. Tudo isso realizado, como apontamos ao longo do artigo, na esfera pública em plena expansão.

Referências

ANNA, Timothy E. *The Mexican Empire of Iturbide*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1990.

BETHELL, Leslie (Org.). *The Cambridge History of Latin America. Volume III: From Independence to c. 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BIAS-PARENT, Étienne-Jean-François. *Catéchisme français, républicain: enrichi de la déclaration des droits de l'homme, et de maximes de morale républicaine, propres à l'éducation des enfans de l'un et de l'autre sexe, le tout conforme à la Constitution républicaine*. Paris: Chez Debarle, 1793.

CARMEN IGLESIAS BRINQUIS, María del (Org.). *Carlos III y la Ilustración*. Madri: Ministerio de Cultura, 1988.

CHINCHILLA, Perla. *Del Plan de Iguala a los Tratados de Córdoba*. Cidade do México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México, 2021.



DE PRADT, Domenique-Georges-Frédéric de Riom de Prohliac de Fourt. *De las Colonias y de la Revolución actual de América*. Bordéus: Juan Pinard, 1817, 2 v.

| 164 D. J. C. *Catecismo Político arreglado a la Constitución de la Monarquía Española*. Palma: Imprenta de Miguel Domingo, 1812.

El Americano imparcial. *Callen unos y hablen otros*. Cidade do México: Imprenta de Ontiveros, 1821.

E.M.I. *Noticias interesantísimas contra la Independencia*. Cidade do México: Imprenta de D. Celestino de la Torre, 1821.

ESCALANTE GONZALBO, Pablo; GARCÍA MARTÍNEZ, Bernardo; JÁUREGUI, Luis (Orgs.). *Nueva historia mínima de México. Ilustrada*. Cidade do México: El Colegio de México, 2008.

ESCOIQUIZ, Juan de. *Tratado de las obligaciones del hombre*. Barcelona: Imprenta de los Hermanos Torras, 1821.

FERNÁNDEZ DE LIZARDI, José Joaquín. *Ni Están Todos Los Que Son, Ni Son Todos Los Que Están*. Cidade do México: Oficina de don Celestino de la Torre, 1821.

FERNÁNDEZ DE SOTOMAYOR, Juan. *Catecismo o instruccion popular*. Cartagena: Imprenta del Gobierno, 1814

FOWLER, Will. *Independent Mexico: The Pronunciamento in the Age of Santa Anna, 1821-1858*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2016.

GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick et al (Orgs.). *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2008.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madri: Ediciones Encuentro, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LAGRANDA, Francisco. *Consejo prudente sobre una de las garantías*. Cidade do México, 1821.

MEJÍA CHÁVEZ, Carlos Gustavo. “Ellos conspiran a destruir nuestras creencias”: Libros y censura durante el régimen iturbidista (1821-1823). *Estudios De Historia*



Moderna Y Contemporánea De México, v. 64, p. 5–42, 2022.

MELTON, James Van Horn. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

| 165 MENDIZÁBAL, Luis de. *Catecismo de la Independencia en siete declaraciones, por Ludovico de Lato-Monte*. Cidade do México: Imprensa de Mariano Ontiveros, 1821.

OCAMPO LÓPEZ, Javier. “*Las ideas de un día*”. *Las Ideas del Pueblo Mexicano ante la Consumación de su Independencia*. El Colegio de Mexico, Cidade do México, 1968.

PIMENTA, João Paulo Garrido. De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da idéia de emancipação da América e sua leitura no Brasil. *Almanack Braziliense*, v. 11, p. 88–99, 2010.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

RODRIGUES, Eric Cyon. *Servir a Deus, servir à República: formação dos cidadãos mexicanos nos catecismos políticos (1821-1836)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

RODRÍGUEZ O., Jaime E. *The Independence of Spanish America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ROLDÁN VERA, Eugenia. Reading in Questions and Answers: The Catechism as an Educational Genre in Early Independent Spanish America. *Book History*, v. 4, p. 17–48, 2001.

_____. Talking Politics in Print. Political Catechisms and the Development of Public Opinion in Nineteenth-Century (Mexico). *La Révolution française, les catéchismes républicains*, p. 1–20, 2009.

SAIGE, Guillaume-Joseph. *Catéchisme du citoyen, ou Elemens du droit public français, par demandes & réponses, suivi des Fragmens politiques*. Paris: EDHIS, 1787.

SAN ALBERTO, José Antonio de. *Catecismo real*. Madri: Imprensa de D. Joseph, 1786.

SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

SOTÉS ELIZALDE, María Ángeles. Catecismos políticos e instrucción política y moral de los ciudadanos (siglos XVIII y XIX) en Francia y España. *Educación XXI*, v. 12, p. 201–218, 2009.



TERESA DE MIER, Servando. *Memoria Politico-Instructiva, enviada desde filadelfia en agosto de 1821, a los gefes independientes del Anahuac, llamado por los españoles*. Cidade do México: Oficina de D. Mariano Ontiveros, 1822.

| 166 URBINA, Luis G.; UREÑA, Pedro Henríquez; RANGEL, Nicolás. *Antologia del centenario*. Cidade do México: Imprenta de Manuel León Sánchez, 1910.

VELÁSQUEZ GARCÍA, Erik. *Nueva historia general de México*. Cidade do México: El Colegio de México, 2010.

VILLANUEVA, Joaquin Lorenzo. *Catecismo del Estado según los principios de la religión*. Madri: Imprenta Real, 1793.